

OAB/RS e entidades gaúchas assinam carta por resgate da credibilidade do STF



DIVULGAÇÃO

dades firmatárias. O documento sugere mudanças estruturais e procedimentais, como o encerramento de inquéritos abertos de ofício, em respeito ao sistema acusatório em que o Ministério Público é o titular da ação, e a reafirmação da colegialidade como regra, limitando o abuso de decisões monocráticas que podem suspender leis aprovadas pelo Congresso por tempo indeterminado.

Uma das exigências é por maior transparência e retirada de sigilos

Representantes de instituições políticas e empresariais estiveram presentes no encontro que ocorreu na sede da Ordem gaúcha

Ato público realizado ontem reuniu diversos setores da sociedade civil para propor oito medidas objetivas de aprimoramento institucional da Suprema Corte

Tribunal Federal (STF) no sistema de Justiça brasileiro. A mobilização culminou na assinatura de um documento que elenca propostas para o fortalecimento dos limites constitucionais, o equilíbrio entre os Poderes e, primordialmente, a recuperação da confiança da cidadania na Corte que atua como guardiã da Constituição Federal.

Durante o ato, o presidente da OAB/RS, Leonardo Lamachia, reafirmou o compromisso histórico da advocacia com as instituições, ressaltando que a iniciativa visa preservar o STF e não o confrontar. “O Supremo Tribunal Federal é absolutamente indispensável para a democracia e para o Estado de Direito. No entanto, sua força não vem de armas, mas de sua autoridade moral e credibilidade. Este ato é um chamado à responsabilidade e à maturidade democrática para que possamos

corrigir excessos, respeitar o devido processo legal e garantir que o Tribunal retome seu papel de equilíbrio, agindo sempre dentro dos limites da lei e da Constituição”, destacou Lamachia.

Para o presidente da OAB Pelotas, Victor Gastaud, “o debate acerca da atuação dos ministros do STF necessariamente impõe o reconhecimento de que o Estado Democrático de Direito exige autocontenção e fidelidade à Constituição. De outro lado, sempre essencial referir, não há Judiciário forte nem democracia estável sem uma advocacia livre, independente e respeitada.” Para ele, a atuação dentro das competências constitucionais e

a preservação das garantias são pressupostos para a confiança nas instituições e para a defesa das liberdades. Gastaud avalia que “a iniciativa de elaborar um Código de Ética para o STF somente reforça a importância de parâmetros consistentes para a atuação dos membros da Corte, de modo a consolidar imparcialidade e responsabilidade institucional, elementos que legitimam o Poder Judiciário.”



VICTOR GASTAUD
OAB PELOTAS



LEONARDO LAMACHIA
OAB RS

Carta Aberta

A “Carta Aberta à Sociedade Gaúcha” apresenta oito medidas concretas propostas pela OAB/RS e pelas enti-

Além disso, a Carta aborda a necessidade de transparência, solicitando a retirada do sigilo de processos de alto interesse público, como o caso envolvendo o Banco Master, e a revisão do Regimento Interno do STF para garantir a sustentação oral presencial como regra. Outros pontos fundamentais incluem a discussão sobre mandatos para ministros, critérios mais rígidos para indicações e a implementação de um Código de Conduta que afaste magistrados da exposição midiática e política, em estrita observância à Lei Orgânica da Magistratura. A Carta alerta ainda para o fenômeno das ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs) e de descumprimento de preceito fundamental (ADPFs) serem utilizadas como um “segundo turno” do debate político.

A carta completa está disponível em www.ahoradosul.com.br. ■



TELEALARME
Brasil
SECURITY GROUP

A PROTEÇÃO IDEAL PARA SUA CASA OU EMPRESA.

ORÇAMENTO GRATUITO
☎ (53) 3284-3050

